



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MURÇA

12 DE ABRIL DE 2019

PRESIDENTE	António Augusto Ribeiro
1.ª SECRETÁRIA	Cláudia Alexandra da Cruz O.G. e Vilaverde
2º SECRETÁRIO	Carlos Alberto Morais de Oliveira

LOCAL DA REUNIÃO	Auditório dos Paços de Concelho
MEMBROS PRESENTES	22 (última folha da ata)
MEMBROS AUSENTES	00(última folha da ata)

HORA DE ABERTURA	14:45 Horas
HORA DE ENCERRAMENTO	17:30 Horas

PRESENCAS CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE	Mário Artur Correia Lopes
VICE-PRESIDENTE	António Luís Marques
VEREADORA	Vilma Cláudia Ribeiro Pereira
VEREADORA	Ana Paula Rodrigues da Cruz

FALTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

VEREADOR	Raul António Ribeiro Luís
-----------------	----------------------------------

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, saudou todos os presentes e em especial o excelentíssimo público.

Conforme preceitua a alínea c) do n.º 1 do art.º 30 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, declarou abertos os trabalhos desta Sessão Ordinária da assembleia Municipal de Murça, do dia 12 de abril de 2019 e informou que como a sessão é ordinária, conforme art.º 20º, do regimento, vai ter os seguintes períodos:

Período de Antes da Ordem do Dia

Período da Ordem do Dia

Período de Intervenção do Público

//

Período Antes da Ordem do Dia

“Apreciação da Ata da Sessão do dia 28/02/2019”

Votação:

<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	06
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	16

Deliberação: aprovada por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se: *Os deputados do PS, Paula Catarino, Lisete Nascimento, Marcolino Santos, o representante da Junta de Freguesia de Jou, Luís Damas Noura, o representante da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Carlos Alfredo Esteves Ribeiro e a representante da Junta de Freguesia de Fiolhoso, Maria Eugénia Soto Maior.*

Declaração de Voto: *“Por não terem estado presentes na sessão em apreço”.*

//

- O Presidente da assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu nota do expediente recebido e disse que o mesmo se encontra disponível para ser consultado se assim o entenderem.

Leitura do Expediente
(Alínea b) do n.º 2 do artº 21º do Regimento)

O Presidente da Assembleia Municipal informa os Srs. deputados, que a correspondência recebida se encontra na sala para ser consultada, distribuindo o resumo do recebimento da mesma:

ACES Douro I – Marão e Douro Norte:

- Remete Nota de Imprensa para conhecimento;

ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses:

- Remete convite para participar no encontro de Presidentes de Assembleia do distrito de Vila Real;

Agrupamento de Escolas de Murça:

- Remete convite para estar presente no convívio desportivo e cultural entre alunos de Educação Moral e Religiosa Católica e a seleção portuguesa do clero;

Biblioteca Municipal de Murça:

- Remete convite para o Sarau de Poesia;

ANAM:

- Remete informação sobre o encontro “ANAM em Diálogo”, Vila Real;

ANAM:

- Remete convocatória para Conselho Geral da ANAM;

ANAM:

- Remete Relatório de Atividades e Contas /2018 da ANAM;

Grupo Parlamentar Os Verdes:

- Remete para conhecimento o Projeto de Resolução nº 910/XIII/2ª – Diligenciar para erradicar o uso do Glifosato;

Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros:

- Remete convite para estar presente nas comemorações do dia da padroeira;

AEDREL:

Solicita contributos para a Revista das Assembleias Municipais;

ANAM:

- Remete documentos para o Conselho Geral;

ANAM:

- Remete a proposta de alterações do Regimento do Conselho Geral;

ANAM:

- Remete parecer do Conselho Fiscal;

Deputado Ascenso Simões:

- Remete para conhecimento a sua intervenção sobre a “Lei de Programação Militar”;

Agrupamento de Escolas de Murça:

- Remete convite para estar presente no VIII Ciclo de Cinema: Super Heróis;

Câmara Municipal de Murça:

- Propostas para inclusão na Ordem do Dia da Sessão de 12/04/2019;

Presidente da Junta de Freguesia de Jou:

- Justificação pela ausência e *E-mail* de substituição, relativo à sessão do dia 12/04/2019;

Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais:

- Justificação pela ausência e *E-mail* de substituição, relativo à sessão do dia 12/04/2019;

Pedro Teixeira:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 12/04/2019;

João Carlos Oliveira Gomes:

- Justificação pela ausência à sessão do dia 12/04/2019;

Judite Aires Sousa:

-Justificação pela ausência à sessão do dia 12/04/2019.

//

“Outros Assuntos de Interesse para o Município”

Apreciação de um Voto de Pesar, apresentado pela deputada, Catarina Gouveia em nome do Grupo Parlamentar do PSD, relativo ao falecimento da mãe do Sr. Presidente da União de Freguesias de Carva e Vilares, Sr. José António Pala de Sousa, que se transcreve:

“VOTO DE PESAR

*Falecimento de
Olívia da Conceição Pala (1937 – 2019)*

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Murça, apresenta um sentido Voto de Pesar, pelo falecimento da Sra. D. Olívia da Conceição Pala, de 82 anos de idade, falecida no passado dia 08 de abril de 2019, mãe do deputado desta Assembleia Municipal, Presidente da União de Freguesias de Carva e Vilares, Sr. José António Pala de Sousa.

Olívia da Conceição Pala nasceu em 11 de março de 1937, na aldeia de Vilares, Concelho de Murça, onde foi criada, tendo aí permanecido até ao dia do seu falecimento.

Perdeu-se uma cidadã digna, de boa índole e prestimosa nas suas relações.

Porque as pessoas só morrem quando nos esquecemos delas, em nome dos Deputados que compõem este Grupo Parlamentar, desejamos perpetuar a sua memória, e dirigimos as nossas sentidas condolências à família.

*A Líder do grupo Parlamentar do PSD
Ana Catarina Guedes de Freitas Gouveia”*

Votação:

Votantes	22
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	22

Deliberação: Aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

- A deputada do PS, Paula Catarino, cumprimentou todos os presentes e perguntou ao Sr. Presidente Câmara porque é que juntamente com o relatório e contas não é dada resposta à questão colocada à Câmara Municipal pela sua Bancada Parlamentar, sobre qual o número de pessoas admitidas pela autarquia, desde 1 de novembro de 2017 até à presente data, conforme havia sido solicitado pela sua bancada.

Mais questionou, porque é que ainda não foi reparado o Raide de Proteção da Estrada Municipal 595, entre Noura e Candedo, mais concretamente no “Rebentão”, danificado em julho passado, na sequência do despiste de um veículo pesado de mercadorias.

- A deputada do PS, Edite Sousa, cumprimentou todos os presentes e questionou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal se o gabinete da assembleia continua ou não a ser no edifício da Biblioteca Municipal, em que dias está aberto e qual o horário de funcionamento. Disse que ouviu dizer que um funcionário da autarquia teria ocupado, sem qualquer autorização, o gabinete que estava destinado à assembleia, alegando que quando regressou ao trabalho, após um período de ausência devido a baixa médica, encontrou o seu gabinete ocupado por outros colegas e resolveu também ele, fazer o mesmo, ocupando o gabinete que está destinado à assembleia.

Solicitou que o Sr. Presidente da Câmara lhe dissesse quando pretende disponibilizar um gabinete para os vereadores da oposição, dado que já passou mais de um ano que o mesmo lhe foi solicitado. Solicitou ainda esclarecimento sobre qual o critério adotado para o envio dos convites, para a cerimónia de Juramento de Bandeiras de Praças do Exército do RI 19, realizada em Murça, no dia 5 de abril de 2019 e ainda, que instituições, órgãos políticos e entidades, foram convidadas.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, Luís Filipe, começou por cumprimentar todos os presentes e referiu os seguintes assuntos:

Na sequência do E-mail enviado à Câmara pela sua Junta de Freguesia relativamente aos Postes de Alta Tensão, junto ao Polidesportivo, em Sobreira, questionou se foi feita alguma avaliação e como é que vai ficar aquela situação, aludindo que têm sido questionados por pessoas da aldeia, relativamente aquele assunto. Alertou que junto aos estanques, na estrada que vai para o Rio, em Sobreira está uma grelha de saneamento levantada e que precisa de ser reparada o quanto antes.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, respondeu à deputada Edite Sousa que o gabinete destinado à Assembleia Municipal continua a ser o que sempre foi, mas que na verdade o mesmo teria sido ocupado por um funcionário da autarquia. No gabinete existem pastas com documentos e também um computador com informação da assembleia, mas que o dito funcionário não tem acesso a ele e que estaria a usar o seu computador pessoal. Disse que já questionou o executivo sobre o sucedido e foi-lhe dito que o funcionário ocupou o espaço alegando que também lhe tinham ocupado o dele, mas que estariam a procurar resolver o problema. Contudo, aquele é o gabinete destinado à assembleia e será utilizado por si, pela D. Rosa enquanto secretária de apoio à Assembleia Municipal e ainda para reunir com algum Senhor deputado ou qualquer outro cidadão que pretenda tratar de assuntos relacionados com a assembleia, sempre que necessário.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, cumprimentou todos os presentes e respondeu à deputada Paula Catarino que o Mapa de Pessoal que foi apresentado aquando do orçamento é o que a Lei determina, mas se for necessário apresentar outro mapa mais detalhado e com informação adicional, o mesmo deve ser requerido aos serviços da autarquia.

Quanto ao Raide de Proteção referido, esclareceu que isso é uma questão de seguro e que ainda não foi possível ultrapassar, embora reconheça que aquela situação não se possa eternizar. Reitera que quando não existem testemunhas, nem um registo da ocorrência por parte da GNR, por vezes não é fácil saber a quem pedir responsabilidades, para reparar os mais variados estragos causados pelos acidentes e, quando isso acontece tem de ser a autarquia a fazê-lo.

Relativamente às questões colocadas pela deputada Edite Sousa disse que a cedência do gabinete para os vereadores da oposição apesar de não ser uma obrigatoriedade legal e não estar previsto nos estatutos da oposição, pretendem fazê-lo. Estão a ser feitas algumas alterações e a decorrer algumas obras, após conclusão das mesmas, haverá ajustamentos. O espaço anteriormente cedido aos vereadores da oposição está ocupado pelo pessoal das águas, mas apesar de não ser obrigatório irão procurar dar uma resposta positiva a esta solicitação.

Quanto aos convites para a cerimónia do Juramento de Bandeiras, realizada em Murça no passado dia 5 de abril disse que toda a organização e responsabilidade foi única e simplesmente do Exército e a Câmara Municipal apenas colaborou, naquilo que lhe foi solicitado. Relativamente ao envio de convites foi o exército que decidiu que convites fazer e a quem os enviar.

Sobre a questão colocada pelo Presidente da Junta de Candedo, Luís Filipe relativamente ao Poste de Alta Tensão - PT, confirmou que a questão foi colocada e que esta é uma situação há muito desejada para a aldeia de Sobreira e conseqüentemente para a Terra Quente. Aquela situação tem implicações tremendas, na bombagem de água. O PT de média e baixa tensão, localizado na Sobreira fica muito

longe da estação de bombagem e o que se pretende é aproxima-lo da ETAR compacta, que foi lá colocada. É necessário ter ali a ligação do cabo de média tensão do ramal existente, até ao PT. Foi identificado o percurso por onde vai ter de passar e num espaço que é público, junto ao Polidesportivo, sendo que os postes e o cabo irão ser desviados o mais possível para prevenir qualquer problema, quando porventura for necessário pousar ali um helicóptero.

Relativamente à grelha fora do local, em Sobreira disse que os Serviços já foram avisados e irão proceder à sua reparação o mais breve possível.

_____//_____

Período da Ordem do Dia

1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do nº2 do art.º25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

2 - Constituição da Empresa Águas do Interior Norte - E.I.M., S.A.;

(alínea n) do nº 1 do art.º25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

3 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2019;

(alínea c) do nº 1 do art.º25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

4 - Lei 50/2018, de 16 de agosto. Exercício do direito de não-aceitação da transferência de competências no domínio da Saúde;

5 - Proposta de alteração das condições de adjudicação e preço por m2, dos lotes da Zona Industrial /Oficinal de Murça. Incentivo à fixação de empresas;

(alínea g) do nº 1 do art.º25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações)

6 - 3ª Modificação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2019 (1.ª revisão ao orçamento da receita, 1.ª revisão ao orçamento da despesa e 1.ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos);

(alínea a) do nº 1 do art.º25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

7 - Relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 2º semestre de 2018;

(nos termos do art.º 77, nº 2, alínea d) da lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

8 - Aprovação do Relatório e Contas do ano de 2018.

(alínea l) do nº 2 do art.º25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

_____//_____

1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;
(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

Nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

Assim, em cumprimento deste preceito legal, apresenta-se à Assembleia Municipal informação escrita sobre os aspetos que consideramos mais relevantes da atividade municipal desenvolvida no período que decorreu entre o dia **16 de fevereiro de 2019 e o dia 2 de abril de 2019.**

1. No dia 25/02/2019 decorreu no Porto na Fundação EDP, **reunião** relacionada com a **Orquestra Energia**. A partir do ano letivo 2018/19, o Ministério da Educação assumiu a continuidade e execução futura do projeto da Orquestra Energia nos três concelhos (Murça, Amarante e Mirandela), reforçando as equipas docentes. **A Fundação EDP vai deixar de estar envolvida neste projeto, ficando os Municípios, Agrupamento de Escolas e Casa da Música, responsáveis pela articulação do mesmo.**

2. Decorreu no dia 20/02/2019 reunião do **CLAS Conselho Local de Ação Social**. Com o objetivo de afirmar uma nova geração de políticas sociais ativas, a Câmara Municipal de **Murça reativou a Rede Social**, um programa que incentiva os organismos do setor público, instituições de caráter solidário e outras entidades da área social a unirem esforços para lidar com situações de pobreza e de exclusão social. Ao promover o desenvolvimento social através de um trabalho em parceria, a Rede Social irá permitir uma melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, nomeadamente àqueles em situação de vulnerabilidade. Este encontro de trabalho, presidido pelo presidente da Câmara Municipal, serviu, também, para eleger o núcleo executivo do CLAS, constituído por cinco elementos de entre os parceiros do Conselho Local. Sendo a autarquia

e a Segurança Social membros obrigatórios, os restantes membros eleitos representam o Centro de Saúde de Murça, o Agrupamento de Escolas de Murça e a Associação Diferenças Nulas (ADN), uma associação de cariz social e solidário, recém-criada no Concelho de Murça.

3. Realizou-se em 01/03/2019, no auditório da Câmara Municipal, uma sessão de **aconselhamento às diversas entidades gestoras de áreas baldias do concelho de Murça, Juntas de Freguesia e Comissões de Compartes**. Esta sessão focou essencialmente sobre a **alteração na atribuição de áreas** que, resulta de uma inspeção da União Europeia, em que foram detetadas inconformidades na distribuição de apoios aos pastores. Como consequência, as áreas que se encontravam distribuídas foram eliminadas, surgindo **novas regras para a atribuição de áreas aos pastores e proprietários de animais, para que estes possam receber os respetivos apoios**. É necessário, com as novas regras, um maior controlo administrativo dos baldios, realização de reuniões com compartes, respetivas atas e regulamentos de utilização. É ainda imperativo um correto controlo dos utilizadores dos baldios, mais especificamente na relação do número de animais com a área cedida e consequentemente com o apoio recebido. Outra das **obrigatoriedades é a dos baldios obterem marca de exploração junto da Direção Geral de Agricultura e Veterinária para que os animais aí possam circular**.

4. No fim-de-semana de 6 e 07/03/2019, **jovens médicos realizaram rastreios no Concelho de Murça**. Diversas aldeias foram visitadas pelos jovens médicos que aderiram a este projeto, que tem como principais objetivos rastrear os principais fatores de risco para o desenvolvimento de determinadas patologias, bem como promover as capacidades de interação entre doentes e médicos, neste caso os estudantes do ICBAS (Associação de Estudantes do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar). A XV edição da **"Medicina na Periferia"** **passou por diversos concelhos do interior do país**. Em Murça, os médicos visitaram as populações das aldeias de **Jou, Valongo de Milhais, Candedo e Noura, no primeiro dia, e Vilares e Fiolhoso, no segundo dia**. As pessoas que aderiram à atividade, na sua maioria idosos, receberam-na de bom grado, pois consideram esta uma forma mais fácil de ter acesso a conselhos e rastreios de saúde básicos, sem terem de se deslocar ao Centro de Saúde, em Murça. Cada uma das equipas incluídas neste projeto era constituída por seis jovens estudantes de Medicina, que se voluntariaram para percorrer diversas localidades do

Norte e Centro do país durante um fim-de-semana, tendo recebido formação específica para a realização de rastreios à população. Os rastreios incluíram diversos testes, como a determinação da glicemia capilar, a medição da tensão arterial, do índice de massa corporal e do perímetro abdominal. Por outro lado, os futuros médicos sensibilizaram os pacientes para a adoção de hábitos saudáveis e ensinaram a população a identificar os principais sinais de alarme de enfarte agudo do miocárdio e de Acidente Vascular Cerebral (AVC).

5. Decorreu no passado dia 06/03/2019, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Alijó, a apresentação dos cinco projetos premiados na 2.ª **Edição do Concurso de Ideias de Negócios, TUACIN**, no âmbito do Pevtua - Programa de Empreendedorismo do Vale do Tua e **promovido** pela Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua (**ADRVT**). A sessão contou com a presença do vice-presidente da Câmara Municipal de Murça, António Marques, do Presidente da Assembleia Municipal, António Ribeiro e do Presidente do Município de Alijó e da ADRVT, José Paredes, para além de outros representantes dos cinco municípios envolvidos: Alijó, Carraceda de Ansiães; Mirandela, Murça e Vila Flor. **Vânia Alves e Lília Carvalho vivem em Murça e vão desenvolver a agência de consultoria e comunicação estratégica, L&V Solutions, que custará, inicialmente, cinco mil euros.** A Câmara Municipal de Murça dá os parabéns aos vencedores e deseja sucesso na implementação das ideias apresentadas, nomeadamente ao projeto/ideia de negócio submetida pela equipa da L&V Solutions ao TUACIN, que foi a premiada pelo concelho de Murça.

6. **Formação:** No âmbito da instalação e colocação em funcionamento do **Balcão Único** de apoio ao cidadão do Município de Murça, a **DTIC** promoveu formação aos colaboradores deste serviço, tendo em vista a aquisição de novos conhecimentos ao nível das TIC e das plataformas informáticas utilizadas na autarquia;

7. **Desmaterialização documental:** Iniciou-se a **desmaterialização de processos no Município de Murça com a implementação da Gestão Documental em linha.** Está a ser implementada uma nova infraestrutura tecnológica ao nível de software e hardware para desmaterialização de processos, que a curto prazo contemplará todos os serviços administrativos da autarquia.

8. **INTRANET:** Foi reformulada a rede interna do Município, que nesta fase inicial está a ser implementada de uma forma personalizada junto dos

colaboradores. Foram disponibilizadas novas funcionalidades, permitindo a desmaterialização de vários processos, nomeadamente ao nível dos recursos humanos e da comunicação interna. **Nos próximos meses esta rede será alargada ao Executivo Camarário e à Assembleia Municipal, órgãos que vão dispor de áreas reservadas para consulta online de diversa documentação relacionada com cada atividade.** Neste âmbito, foi elaborado pela DTIC um guia de apoio ao utilizador;

9. **Regulamento:** A DTIC apresentou recentemente junto do executivo municipal uma proposta de **Regulamento de Segurança dos Sistemas de Informação para o Município de Murça**, de modo a capacitar e regular a atividade dos interlocutores para os novos desafios que se colocam ao nível das novas tecnologias da informação. Neste sentido a DTIC elaborou um novo documento que será trabalhado com o objetivo de ser um guia de orientação técnica e ao mesmo tempo que regulamente a sua atividade específica, que se constitui como um instrumento de trabalho privilegiado para os todos os utilizadores das TIC.

10. **Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD):** Prosseguindo a estratégia de valorização da abordagem por processos na gestão do Município de Murça e dando cumprimento a um dos objetivos operacionais de eficiência constantes no Regulamento de Serviços, **a DTIC está a avaliar a implementação desta norma comunitária no âmbito dos trabalhos de adequação do Município de Murça** ao Regulamento Geral de Proteção de Dados, estando de momento em análise e estudo as novas funcionalidades ao nível do RGPD. O espaço digital de registo de pedidos de tratamento de dados pessoais, está em fase de especificação de requisitos e implementação inicial, sendo o mesmo já utilizado ao nível do site autárquico e da newsletter municipal.

11. **Newsletter Municipal:** Decorreu a **fase de testes da nova Newsletter Municipal** que o Município de Murça lançou em setembro de 2019. Este novo serviço de subscrição de newsletter oferece aos munícipes e utilizadores interessados, de forma eficaz, rápida e cómoda, **informações atualizadas do Município**. A subscrição deste novo serviço permite aos membros registados receber com regularidade toda a informação mais relevante sobre cultura, desporto, informação institucional e outras mais. Nos próximos meses serão disponibilizados novos conteúdos, uma área documental ligada à transparência municipal e uma área ligada à agricultura.

12. No dia 13/03/2018, decorreu em Lamego, reunião da CIM Douro, para apresentação do **Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART)**. Este programa destina-se à **redução tarifária nos transportes públicos coletivos** e ao aumento da oferta de serviços, tendo por objetivo combater as externalidades negativas associadas à mobilidade, nomeadamente o congestionamento, a emissão de gases de efeito estufa, a poluição atmosférica, o ruído, o consumo de energia e exclusão social. A definição e a implementação das ações de redução tarifária é da competência das respetivas autoridades de transportes de cada Área Metropolitana e Conselho Intermunicipal, nos termos da Lei 52/2015, de 9 de junho, na sua redação atual. No caso do Município de Murça, esta competência esta delegada na CIM Douro. Dos 104 milhões de euros atribuídos pelo Estado através do Fundo Ambiental para o Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART), 70,2% vai para a Área Metropolitana de Lisboa, que recebe assim 73 milhões. Segue-se depois a Área Metropolitana do Porto, à qual caberá 14,5% do total (15,08 milhões), e as restantes 21 comunidades intermunicipais, as quais ficam com uma fatia global de 15,3% (15,9 milhões). Com base no financiamento atribuído à CIM Douro, que agrega 19 municípios, foi decidido criar "**dois pacotes de apoio**". A CIM Douro vai aplicar um desconto de **15% em todos os passes, normais ou escolares**, e o transporte para pessoas com mais de **65 anos vai ser gratuito**. A redução tarifária deverá entrar em vigor durante o mês de abril.

13. O Município de Murça marcou presença na **Bolsa de Turismo de Lisboa 2019**, que decorreu entre os dias 13 e 17 de março, através de participação conjunta com os restantes Municípios da CIM Douro. A BTL é a maior plataforma de contactos em Portugal relacionada com o Turismo. **Murça marcou a diferença com ações de promoção turística através de encenações do Frei D. Diogo de Murça, Freiras Beneditinas e o Herói Milhões**. Através destas personagens **demos a conhecer a Portugal e ao Mundo a doçaria conventual, o Vinho e o Azeite do nosso Concelho**.

14. Foi efetuada a **2.ª Modificação ao Orçamento para 2019** (1.ª alteração ao orçamento da receita; 2.ª alteração ao orçamento da despesa; 2.ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos); "Esta alteração orçamental, no valor de **1.250.000,00€**, tem como principal objetivo **reforçar os projetos do PARU e PAMUS, para as empreitadas da Reconversão**

do antigo Edifício da Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça, Reconversão do espaço adjacente ao antigo Edifício da Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça, Requalificação do espaço público junto ao Cemitério, Requalificação do espaço público no Bairro do Pinheirinho e Interface de Murça (Estação de Camionagem).”

15. Para comemorar o Dia Mundial da Floresta e o Dia Mundial da Água, a Câmara de Murça organizou diversas atividades com as crianças do concelho, com o objetivo de sensibilizar os mais novos para a importância da conservação do meio ambiente. Para assinalar o Dia Mundial da Floresta, os alunos do Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Agrupamento de Escolas e as crianças do Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia deslocaram-se até ao Parque Florestal de Mascanho | Carvas, onde puderam contactar diretamente com um espaço florestal e realizar diversas atividades lúdicas e educativas. Enquanto as turmas dos Jardins de Infância assistiram a uma Hora do Conto ao ar livre, alusivo à temática assinalada, as crianças do 1º Ciclo realizaram um percurso florestal. Todos realizaram plantações de árvores, fazendo também recolha de pinhas e bolotas. Com estas atividades, os mais pequenos compreenderam que as árvores, e todas as outras plantas, são seres vivos de extrema importância para o Planeta Terra, pois trazem inúmeros benefícios para o meio ambiente, como a regulação da temperatura, o fornecimento de oxigénio ao meio ambiente, o fornecimento de sombra, frutos, entre outros aspetos. Já os alunos do 5º ano do Agrupamento de Escolas de Murça realizaram uma saída de estudo à ETA de Vila Chã e à ETAR de Murça. Esta visita foi importante para que os alunos tomassem consciência do investimento e do trabalho necessários para que exista água potável nas torneiras das suas casas e para que os recursos hídricos sejam salvaguardados das cargas poluentes. Sendo estes processos complexos e dispendiosos, apelou-se à eficiência no uso dos recursos hídricos, pois a água é um bem cada vez mais escasso. A preocupação da câmara com estas questões “é cada vez maior”, pois as alterações climáticas que se vêm sentindo, com especial incidência no Interior Norte, são, ano após ano, mais notórias, seja pelos longos períodos de seca, seja pela quantidade de precipitações concentradas. A sensibilização da população mais jovem é fundamental para alterar comportamentos, razão pela qual o município propôs a comemoração do Dia Mundial da Água. Todas as atividades contaram com a colaboração de diversas entidades parceiras, como a Aflodounorte, o

Agrupamento de Escolas de Murça, a Santa Casa da Misericórdia de Murça, os Bombeiros Voluntários de Murça, GNR e Águas do Norte.

16. A Câmara Municipal de Murça e o Agrupamento de Escolas de Murça associaram-se ao Parque Natural Regional do Vale do Tua, à EDP e a outras entidades parceiras, a fim de desenvolver o projeto '**Junto à Terra**', uma iniciativa que pretende trabalhar as temáticas da sustentabilidade e da biodiversidade junto dos mais novos. Para isso, foram realizados, no passado dia 1 de abril, diversos workshops nas caldas de Santa Maria Madalena de Porrais, freguesia de Candedo. '**Junto à Terra**' é um projeto de educação para a sustentabilidade, dirigido aos alunos do 8.º ano de escolaridade, que se foca essencialmente na temática da biodiversidade. Procura criar nos jovens uma abordagem de sustentabilidade feita de atitudes e de mudança de comportamentos, ao mesmo tempo que promove a revalorização do território por força do contributo do património natural e dos serviços dos ecossistemas para a economia local e para a comunidade. Esta iniciativa assume-se, assim, como um instrumento de envolvimento da comunidade local, capaz de trazer o homem e a atividade humana à equação da conservação da natureza e da biodiversidade. A tendência natural de degradação ambiental e de perda de biodiversidade nos nossos territórios, provocadas em grande parte pelo êxodo rural e pelo decorrente abandono das atividades agro-silvo-pastoris tradicionais, pode ser invertida com o sucesso de projetos deste âmbito. As **caldas de Santa Maria Madalena de Porrais**, em pleno coração do Parque Natural Regional do Vale do Tua, foram palco de várias oficinas técnicas que abordaram temas como a avifauna, a biodiversidade dos rios, morcegos microreservas e habitats. Os workshops foram promovidos por diferentes entidades convidadas, como a Aflodounorte e o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da GNR, entre outras, que trabalharam com os alunos do 8º ano do Agrupamento de Escolas de Murça. Estas iniciativas são fundamentais para promover uma cidadania ativa que se pretende incrementar nos planos educativos, a fim de trabalhar as questões da sustentabilidade e da biodiversidade.

17. Decorreu no dia 22/03/2019, um **Sarau de Poesia** alusivo ao **tema "Água e Floresta"**, na **Biblioteca Municipal de Murça**. O evento, uma iniciativa conjunta da Biblioteca Municipal e da Biblioteca Escolar do Agrupamento de Escolas de Murça, contou com a presença de crianças, jovens, adultos e membros da Universidade Sénior de Murça. Esta iniciativa está inserida no

projeto "Gerações a Ler+", que pretende aproximar gerações, partilhar vivências e experiências de leitura, fortalecer laços, promover hábitos de leitura nos jovens do Ensino Secundário e no público adulto e redescobrir o prazer de ler. Para além da leitura, houve lugar para um momento musical, a cargo de dois elementos da Orquestra Energia, que aceitaram o desafio de participar nesta iniciativa.

18. Durante uma semana, **entre os dias 25 e 29 de março**, Murça foi a casa de estudantes de vários países da Europa, no âmbito do **programa Comenius**. Esta iniciativa, de âmbito europeu, visa "remover barreiras artificiais", bem como promover "novas ideias, atraindo novos intervenientes do mundo do trabalho e da sociedade civil", com o objetivo de "desenvolver o capital humano e social dentro e fora da Europa". Neste sentido, jovens do 9.º ao 12.º ano de escolaridade, vindos de Itália, Chipre e Espanha, foram recebidos nos Paços do Concelho pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, que lhes deu as "Boas vindas" e os convidou a visitar Murça. Sendo a internacionalização algo cada vez mais importante, com muitas instituições a incluí-la no seu projeto educativo, o Agrupamento de Escolas de Murça aliou-se a esta iniciativa a fim de aumentar a qualidade do ensino e aprendizagem ao nível das competências, do sucesso escolar e da diversidade, através do contacto com docentes e estudantes de outros territórios europeus. O Agrupamento integra uma parceria sob o título "SmartUP Europe for na optimistic future" ("Pensar a Europa para um futuro mais otimista"), que tem a duração de dois anos letivos e integra escolas de Portugal, Alemanha, Chipre, Finlândia, Espanha e Itália. Neste projeto, as escolas abordarão o tema "voluntariado" nas suas diferentes vertentes, através da promoção de atividades. Podem ser abordados diferentes tópicos de acordo com os interesses de cada escola, tais como extremismos, refugiados, ambiente e património cultural individual e coletivo. Estes dois últimos foram selecionados pelo Agrupamento de Escolas de Murça, a par do tema "valores europeus", escolhido tendo por base os desafios que a União Europeia enfrenta.

19. Protocolo de Colaboração com a Associação Dignitude. Programa **Abem: Rede Solidária do Medicamento**. A Associação Dignitude, Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, é responsável pelo desenvolvimento, operacionalização e gestão do Programa **Abem: Rede Solidária do Medicamento**. Este programa tem por objetivo garantir o acesso

ao medicamento em ambulatório por parte de qualquer cidadão, que se encontre numa situação de carência económica que o impossibilite de adquirir os medicamentos comparticipados que lhe sejam prescritos por receita médica. Esta rede solidária do medicamento tem por destinatários, em geral, os indivíduos beneficiários de prestações sociais de solidariedade, mas igualmente todos os que se deparem com uma situação inesperada de carência económica. São beneficiários todos os elementos que constituem o agregado familiar, cuja capitação seja inferior a 50% do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), designadamente: 214,45 € (IAS 2018 = 428,90 €).

20. Apoio Financeiro à Escola EB 2,3 e Secundária de Murça, para Manutenção e Apetrechamento. Em 16 de setembro de 2008, foi celebrado entre o Ministério da Educação e o Município de Murça, um contrato de execução, que, preconiza a transferência de competências em matéria de Educação para o Município de Murça. No n.º 3 da cláusula 4.ª do referido contrato de execução, entre o Ministério da Educação e o Município de Murça, para os efeitos relativos à manutenção e apetrechamento, o Ministério da Educação transfere para o Município de Murça, o montante de 20.000€ anuais através da dotação inscrita no seu orçamento para o pagamento dos encargos globais com aquelas competências. A conservação, manutenção e o apetrechamento das instalações escolares constituem uma das áreas fulcrais da gestão patrimonial dos estabelecimentos de ensino e a resolução dos problemas e a redução das assimetrias ao nível da prestação do serviço público de educação, passa pelo exercício de uma gestão mais próxima, mais eficaz, com maior partilha de responsabilidades e com a participação empenhada dos agrupamentos de escolas. Em reunião havida entre o Executivo do Município de Murça e a Direção do Agrupamento de Escolas, ficou acordado que o valor recebido pela autarquia, referente a manutenção e apetrechamento, fosse integralmente transferido para o Agrupamento de Escolas, para fazer face a pequenas reparações e aquisições. Ficou acordado deduzir aos 20.000,00€, o valor de 979,57€, referente à aquisição por parte do Município de mobiliário, para o bom funcionamento do agrupamento escolar.

Contratos de empreitadas em execução:

21. Expansão da Zona Industrial de Murça - Fase 3:

- ✓ Valor Adjudicação: 189.551,96 €;
- ✓ Consignação: 06/03/2019;
- ✓ Estado do procedimento: Em fase de execução.

22. Reparação do Chiller e Melhoramento das Necessidades de Aquecimento do Centro Escolar de Murça;

- ✓ Audiência prévia dos interessados;
- ✓ Relatório Final;
- ✓ Valor Adjudicação: 104.706,97 €;
- ✓ Adjudicatário: Pinto & Cruz Instalações e Manutenção, S.A;
- ✓ Estado do procedimento: Em fase de consignação.

23. Trabalhos Complementares de Recuperação da Capela da Misericórdia de Murça;

- ✓ Abertura do Procedimento;
- ✓ Análise da proposta;
- ✓ Adjudicação;
- ✓ Valor: 5.361,20 €;
- ✓ Adjudicatário: IN SITU - Conservação de Bens Culturais, Lda.;
- ✓ Estado: Consignado.

24. Requalificação do Espaço Público no Bairro do Pinheirinho

- ✓ Preparação das peças do procedimento para o Concurso Público.

Candidaturas a programas de financiamento:

25. "Reconversão do Antigo Edifício da Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça"

- ✓ Código: NORTE-03-1203-FEDER-000314
- ✓ Montante de Investimento Total: 483.594,22€
- ✓ Montante de Investimento Elegível: 281.857,80€
- ✓ Taxa de cofinanciamento: 85,00%
- ✓ Montante Financiado FEDER: 239.579,13€
- ✓ Contrapartida Local: 42.278,67€
- ✓ Estado da candidatura: **Aprovada**

26. "Requalificação do Espaço Público no Bairro do Pinheirinho".

- ✓ Código: NORTE-04-2316-FEDER-000311

- ✓ Montante de Investimento Total: 198.148,33€
- ✓ Montante de Investimento Elegível: 198.148,33€
- ✓ Taxa de cofinanciamento: 85,00%
- ✓ Montante Financiado FEDER: 168.426,08€
- ✓ Contrapartida Local: 29.722,25€
- ✓ **Estado da candidatura: Aprovada**

27. **"Requalificação do Espaço Público junto ao Cemitério"**

- ✓ Código: NORTE-04-2316-FEDER-000313
- ✓ Montante de Investimento Total: 207.664,19€
- ✓ Montante de Investimento Elegível: 207.664,19€
- ✓ Taxa de cofinanciamento: 85,00%
- ✓ Montante Financiado FEDER: 176.514,56€
- ✓ Contrapartida Local: 31.149,63€
- ✓ Estado da candidatura: **Aprovada**

28. **"Reconversão do Espaço adjacente ao Antigo Edifício da Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça"**

- ✓ Código - Norte-04-2316-FEDER-000312
- ✓ Montante de Investimento Total: 121.955,38€
- ✓ Montante de Investimento Elegível: 121.955,38€
- ✓ Taxa de cofinanciamento: 85,00%
- ✓ Montante Financiado FEDER: 103.662,07€
- ✓ Contrapartida Local: 18.293,31€
- ✓ Estado da candidatura: **Aprovada**

29. **Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar do Concelho de Murça (candidatura) - Tratamento de documentos para inserção na plataforma do Balcão2020;**

- ✓ Processos de contratação submetidos;
- ✓ Preenchimento das fichas de contratação individual submetidos;
- ✓ Comprovativos de despesas para pedidos de reembolso, tendo sido efetuado o primeiro **pedido de pagamento no valor de 16.752,60 €.**

Estudos e Projetos:

30. Consulta preliminar para execução de projetos de especialidade da casa museu do Soldado Milhões;

31. Consulta preliminar para realização do projeto museológico da casa museu do Soldado Milhões;

32. Contratação de serviços de topografia para a realização de trabalhos em casa no Fiolhoso;
33. Planeamento discussão e alteração do projeto "Portas de Entrada" na vertente de ocupação do espaço;
34. Execução do Estudo Prévio para Execução de Centro Interpretativo da Sobreira;
35. Reuniões e colaboração com a Universidade do Porto relativa á reconversão da Escola N°1 em Museu da Memória Escolar.
36. Informação dos processos de obras e outros objeto de despacho:

Aprovação de Projetos de Arquitetura / Especialidades / Prorrogações e Outras				
Requerente	Localidade	Tipo Projeto/Processo	Data do Pedido	Data do despacho
João Carlos Guerreiro Rodrigues da Cruz	Carva	Aprovação Proj. Arquitetura	2018/09/24	2019/03/11
João Carlos Guerreiro Rodrigues da Cruz	Carva	Aprovação Proj. Arquitetura	2018/09/24	2019/03/11
João Carlos Guerreiro Rodrigues da Cruz	Carva	Aprovação Proj. Arquitetura	2018/09/24	2019/03/11
Frequente Pretexto, Lda.	Sobreira	Aprovação Especialidades	2019/01/24	2019/03/15
Frequente Pretexto, Lda.	Sobreira	Arquitetura e Especialidades/Const. Edifício de restauração e bebidas	2018/05/15	2019/03/19
Emissão de Alvarás de Licenciamento e Utilização e Outros				
Requerente	Localidade	Tipo Projeto/Processo	Data do Pedido	Data do despacho
Maria Alice Gomes	Vargem	Certidão de isenção art.º 787	2018/12/4	2019/03/06
Cabeça Casal da Herança de João Maria Ribeiro Gonçalves	Fiolhoso	Certidão isenção art.º 1041	2019/02/2	2019/03/01
Dalva Maria Teixeira Ribeiro	Martim	Lic. Reconstrução/Muro	2019/03/14	2019/03/18
Berta de Fátima Roque Morais	Murça	Ocupação via Pública	2019/03/25	2019/03/27
Paulo Manuel Oliveira Merêncio	Sobreira	Lic. Construção de uma cobertura	2018/04/15	2019/03/18
Obras de escassa relevância urbanística				

Requerente	Localidade	Tipo Licença / Comunicação prévia	Data do Pedido	Data da Emissão
Carlos Bessa Requeijo	Cadaval	Reconstrução do telhado e beneficiação da fachada	2019/03/09	2019/03/15
António Manuel Anjos	Murça	Anexo para arrumos	2019/03/08	2019/03/15
Maria Angelica dos Anjos Alves Pala	Vilares	Construção anexo	2019/03/08	2019/03/15
Licenças Especiais de Ruído				
Requerente	Localidade	Tipo Licença / Comunicação prévia	Data do Pedido	Data da Emissão
Filipe Alexandre Alves Bastos Ribeiro	Murça	Licença Especial de Ruído	2019/02/21	2019/03/04
Grupo Desportivo Cultural e Recreativo Santo	Salgueiro	Licença Especial de Ruído	2019/03/20	2019/03/28
Filipe Alexandre Alves Bastos Ribeiro	Murça	Licença Especial de Ruído	2019/02/21	2019/03/04
Grupo Desportivo Cultural e Recreativo Santo	Salgueiro	Licença Especial de Ruído	2019/03/20	2019/03/28

- O Presidente da Câmara Municipal de Murça, Mário Artur Lopes, disse que, uma vez que a Informação Escrita é vertida para a Ata e que de alguma forma já poderá servir para dar conhecimento da vida autárquica relativamente a este período, apenas iria esclarecer algum ponto que entendessem questionar.

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, cumprimentou todos os presentes e disse concordar com o que o Sr. Presidente da Câmara disse, até porque sendo escrita já todos têm acesso a ela não sendo necessário dissecar todos os pontos, mas sim prestar esclarecimentos adicionais às observações e questões, disse ainda que esta informação escrita era a mais curta do presente mandado, mas provavelmente tal facto, prende-se o pouco espaço temporal entre hoje e a última sessão.

Realçou o facto de o governo ter assumido o projeto da orquestra energia, prova evidente que o projeto é bom, aproveitando assim para parabenizar quem em tempos teve engenho e arte para termos em Murça um projeto do nível da orquestra Geração, hoje Energia.

Apenas dois municípios do vale do Tua possuem este tipo de oferta formativa, cultural e social, foi bom ter-se apostado nessa valência.

O atual executivo, o agrupamento de escolas, bem como os anteriores executivos estão de parabéns. Como também está hoje o Ministério da Educação por continuar a apoiar iniciativas educativas no interior, nomeadamente aqui em Murça

No ponto 18 elogiou o programa comenius, é uma boa iniciativa, mas aproveitou para reforçar e apelar a que se mantenha e reforce alguns laços de amizade com territórios europeus, concretamente o Luxemburgo, lembrou a intervenção na sessão de fevereiro e a forte ligação à comunidade de Fiolhoso ao Luxemburgo, bem como a região da Flandres francesa Pas-de-Calais ou especificamente La Couture, pela forte ligação da primeira guerra mundial.

Aproveitou para observar que na última terça-feira celebraram-se os 101 anos da batalha de La Lys e era importante manter na agenda mediática, bem como cultural, pedagógica, educativa a participação de Portugal na grande guerra, Murça tem condições para ser conhecida, também pela capital memorial da grande guerra, não só pelo Herói soldado Milhões, mas por outras ações de promoção e de valorização histórica da grande guerra.

E por falar em história aproveitou para mais uma vez, pois já em anteriores legislaturas abordou essa temática, desafiar o executivo a aproveitar a remodelação do parque escolar de Murça e equacionar dar ao nosso agrupamento o nome de agrupamento de escolas Frei Diogo de Murça

Em relação ao ponto 32 questionou sobre os trabalhos de topografia da casa no Fiolhoso, gostaria de ter mais informação, e essencialmente de sensibilizar o executivo para poder fazer-se um centro de convívio nesse local, é de facto uma pretensão da aldeia que, como disse na sessão de Fiolhoso aqui uma parceria pública pode funcionar muito bem, a casa foi adquirida pelo dinheiro público da aldeia e as autarquias devem desenvolver a remodelação com dinheiro público do orçamento municipal ou fundos comunitários

Ainda em relação ao Fiolhoso, informou que a aldeia é servida por uma casa mortuária pertença da paróquia, feita há já bastante tempo, mas que neste momento não serve as necessidades da comunidade, pelo que em conjunto entre Câmara Municipal, Junta Freguesia de Fiolhoso e a Comissão Fabriqueira da Igreja devia-se pensar em soluções que possam vir a dotar a localidade de uma nova e moderna casa mortuária.

- A deputada do PS, Edite Sousa, abordou o ponto 13 relativamente à participação da Câmara na BTL, em Lisboa, pedindo que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse relativamente a este ponto. Relativamente ao Ponto 23 - questionou em que ponto se encontram as obras da Capela da Misericórdia, uma vez que é referido na Informação Escrita que procederam a abertura de procedimento e adjudicação dos trabalhos complementares de recuperação, daquele espaço.

- A deputada do PSD, Catarina Gouveia, cumprimentou todos os presentes e aproveitou para enaltecer a forma como é apresentada a Informação Escrita do Sr. Presidente, bastante exaustiva e esclarecedora acerca da atividade do Município.

Fez uma chamada de atenção para os pontos 2 e 19 - medidas da ação social, sendo que a primeira se refere à reativação do Conselho Local de Ação Social e a segunda à Rede Solidária do Medicamento. São efetivamente medidas sociais muito importantes a serem adotadas, de forma a promoverem o desenvolvimento social ao nível local. Infelizmente ainda há muitas famílias a viver no limiar da pobreza e exclusão social. Temos uma população muito envelhecida e com muitas desigualdades sociais e como tal, todas e quaisquer medidas adotados no sentido de colmatar estes problemas sociais são de louvar e de incentivar. O planeamento e coordenação do serviço social, a otimização dos recursos Concelhios e a elaboração de protocolos como o que foi assumido com a Associação Dignidade promovem a eficácia das respostas sociais, congratulando a Câmara Municipal e seus colaboradores pelo trabalho que vêm desenvolvendo, nesta área.

Ainda sobre o Ponto 19 - pediu esclarecimento sobre que encargos virá a ter para o Município a implementação desta medida.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, Luís Filipe, questionou quem representou o Município na BTL e quais os custos resultantes desta participação. Propôs que em futuras edições as Juntas de Freguesia colaborassem e se envolvessem nesta atividade, promovendo também as freguesias e ainda, se é possível saber quais os resultados efetivos resultantes desta participação, relativamente aos anos de 2017 e 2018.

Mais solicitou que fosse prestado esclarecimento relativamente ao ponto 34 - Execução do Estudo Prévio para Execução do Centro Interpretativo da Sobreira.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, José Santos, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e realçou a quantidade de informação escrita do Sr. Presidente, bem revelador do ritmo de trabalho deste executivo, dado o tão curto espaço de tempo, uma vez que apenas passaram 45 dias da última Sessão da Assembleia Municipal.

Sobre o ponto 3 referiu a importância deste ponto e a relevância na realização de sessões de esclarecimento e aconselhamento às diversas entidades gestoras de áreas baldias do Concelho de Murça, Juntas de Freguesias, Conselho de Baldios e Comissões de Compartes, relativamente à alteração na distribuição de áreas, resultante de uma inspeção da União Europeia em que foram detetadas inconformidades na distribuição de apoios aos pastores. Houve uma alteração na distribuição das áreas e há novas obrigadoriedades que devem ser respeitadas. As áreas que estão

distribuídas foram eliminadas e as regras de distribuição alteradas, sendo necessário que estas medidas sejam devidamente implantadas localmente, para que os utilizadores de área baldia sejam beneficiados e possam receber os respetivos apoios. Pelo que, deve o executivo continuar a estar atendo às alterações que vão surgindo e a promover sessões de esclarecimento sobre as mais variadas temáticas, pois os munícipes agradecem.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, cumprimentou todos os presentes e disse comungar da opinião do deputado Arménio, referindo que relativamente às figuras ilustres do Concelho é essencial não esquecer e perpetuar a sua memória. Reitera que é importante que a Escola EB 2/3 e Secundária de Murça passe a chamar-se Escola Frei Diogo de Murça e ainda alertou para o facto de alguém de Murça com conhecimentos nesta área, tenha referido que a casa do Frei Diogo foi demolida e que nem uma pequena lápide lá foi colocada, perpetuando assim a sua memória, pois foi nessa casa que Frei Diogo nasceu.

Disse estar surpreendido com a informação recebida relativamente às diversas candidaturas efetuadas pela Câmara Municipal, algumas delas já aprovadas e em linha de ação, dando os parabéns ao executivo municipal pelo trabalho que têm vindo a realizar. Deseja que sejam obras sustentáveis e que venham enriquecer o património e criar novas perspetivas para o Concelho.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, relativamente às questões levantadas pelo deputado Arménio, disse que tudo o que se possa fazer nunca é demais e sempre em ritmo acelerado, mas tudo tem que ter um início. Sobre a casa do “Soldado Milhões”, disse que têm uma candidatura aprovada, para recuperar aquela casa. Reitera que muitos defendem que é uma pena aquela casa estar a cair, mas também há quem defenda o contrário e por isso, nunca é possível agradar a todos e tudo leva o seu tempo, aludindo que a recuperação daquela casa é uma forma de respeitar a memória histórica do “Herói Milhões” e do que ele representa, nomeadamente de todos aqueles que participaram na guerra. É preciso que existam projetos, levantamentos topográficos, ideias, financiamentos e só depois é possível a sua realização e acredita que brevemente irão ser realizadas algumas obras que são emblemáticas, para o Município.

Relativamente à questão dos nomes ilustres do concelho e que felizmente são muitos, disse que também não entende porque é que a escola secundária não continuou a ter o nome Frei Diogo de Murça, defendendo que este é um assunto para ser discutido num debate alargado.

Relativamente à casa referida no ponto 32 – Levantamento Topográfico – disse que, ainda bem que é uma ideia que agrada, pois é importante que uma obra daquelas se possa materializar no Fiolhoso. Reitera que não é um compromisso eleitoral, mas acima de tudo uma vontade da população que

também agrada à autarquia e é necessário arranjar forma para que aquela ideia seja levada à prática. A população comprou a casa, a autarquia irá fazer o levantamento topográfico e fazer o projeto de acordo com o que as pessoas possam querer. Relativamente ao financiamento é necessário saber quanto aquela obra poderá custar e depois procurar arranjar fundos comunitários que possam compartilhar a sua execução. O deputado Arménio referiu aqui a Casa Mortuária que é uma possibilidade também a impor-se, mas infelizmente o orçamento tem as suas limitações e as coisas vão acontecendo conforme vai sendo possível, embora reconheça que possa não fazer muito sentido ter ali mais uma Casa Mortuária, passando o Fiolhoso a ter duas, mas que será uma questão a ser discutida a seu tempo.

Sobre a BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa disse que a participação foi organizada no âmbito da Comunidade Intermunicipal de Douro. Uma participação conjunta, mas não obrigatória. Murça decidiu participar, porque entende que nunca é demais promover o que de melhor existe no Concelho. Quanto ao retorno numa situação destas, seria mau se já se tivesse uma noção exata, pois era sinal que esse retorno já teria terminado. O que se pretende é que na sequência da divulgação de Murça e dos seus produtos nestes eventos, muitas mais pessoas visitem o Concelho de Murça e comprem os seus produtos, sejam elas nacionais ou estrangeiras. Quanto à questão colocada relativamente a quem participou neste evento, disse que quem acompanhou o Vice-Presidente na ida à BTL - Lisboa, naquele dia, foi quem de alguma forma era necessário ir, aludindo contudo que a participação não teve muitos custos, pois ninguém precisou de alojamento, uma vez que foram e vieram no mesmo dia. Quanto ao envolver as Juntas de Freguesia nesta atividade, conforme referido pelo Presidente de Junta de Candedo, reiterou poder ser uma possibilidade a considerar, em futuras edições. Contudo, e para melhor responder a esta questão, solicitou ao Vice-Presidente, António Marques para que fosse ele a falar um pouco sobre esta participação.

Sobre as obras da Capela da Misericórdia de Murça esclareceu que no âmbito das medidas de compensação, a EDP atribuiu um milhão e meio de euros para serem distribuídos pelos cinco municípios (300 mil euros/município), para que através da Direção Regional da Cultura se pudesse fazer intervenção num monumento histórico a recuperar, cabendo a Murça a recuperação da Capela da Misericórdia. Esta verba dos 300 mil euros são transferidos para a autarquia que serve apenas como barriga de aluguer e também para tratar do processo de adjudicação e de acompanhamento, dada a especificidade daquele trabalho, mas sempre em estreita colaboração com a DRCN. Disse ainda que aquela intervenção contempla duas fases: Uma exterior e outra no interior. A primeira fase está finalizada e a Câmara cumpriu o seu papel da melhor maneira possível e todos nós nos podemos orgulhar do trabalho ali realizado. A verba referida no ponto 23 é de apenas 5.361,20€, para

contratação de trabalhos de recuperação, de trabalhos a mais e é necessário fazer um procedimento nestes termos.

Sobre a intervenção para recuperar o interior da Capela e que tem um custo que ronda os 195 mil euros é da responsabilidade do Município de Murça o valor de cerca de 130 mil euros, verba que o município recebeu e que é necessário ter reservada e disponível. Mas, ainda existe uma diferença de cerca de 70 mil euros que a DRCN não conseguiu evitar, que a Direção Geral do Tesouro, na consolidação dos saldos orçamentais deste tipo de serviços das Direções Gerais e Institutos, conseguisse segurar, motivo pelo qual a obra só poderá avançar quando esse dinheiro estiver disponível, porque o contrário teria de ser a Câmara a suportar esse valor. Por isso, é necessário aguardar que a DRC possa resgatar essa verba, até porque ela foi dada pela EDP, para esse fim. Concluiu, referindo que pelo facto de esse dinheiro ter sido cativado pela Direção Geral do Tesouro a que a Direção Geral da Cultura decidiu utilizar os municípios, para fazer esta intervenção.

Quanto às questões levantadas pela deputada Catarina Gouveia relacionadas com a área social, esclareceu que o CLAS - Conselho Local de Ação Social foi novamente reativado e que há grandes objetivos na área social, a atingir. É uma área que é necessário inovar, pois todos os dias surgem novos casos e é necessário dar a melhor resposta possível. Em paralelo com todo o trabalho que vai sendo feito, na área social, foi também aprovado na última reunião de câmara a adesão a uma iniciativa ligada ao medicamento, para aqueles que têm maiores dificuldades. Entretanto, solicitou à Vereadora Vilma Pereira, para que fosse ela a prestar o esclarecimento devido, sobre este assunto.

Quanto ao Centro Interpretativo de Sobreira referiu que o que se pretende é que a escola não se mantenha naquela situação. Entende que a escola deve ser recuperada, mas que também se possa acrescentar ali outro tipo de valências ou seja, criar ali uma lógica de interpretação do que é aquele território. O espaço está bem localizado e não é impeditivo que no futuro possa servir para outro fim. Aquele é um sítio onde as pessoas se juntam e porque não, utilizar aquele espaço para que a população sénior possa desenvolver outro tipo de atividades, quer desportivas, culturais, entre outras. Aquilo que se pretende é criar um projeto e procurar que a EDP possa financiar esta iniciativa.

Referiu que o Presidente da Junta de Freguesia de Murça, José Santos na sua intervenção fez referência à quantidade de informação que é prestada na informação escrita, aludindo a que a Câmara neste período não fez só isto, que fez muito mais e não se pode dizer que é de importância menor e que procurarão dar conhecimento o mais possível do trabalho e das ações que vão sendo desenvolvidas.

Sobre as áreas baldias, disse que as coisas estão bem encaminhadas, que devem ser criadas sinergias e economias para que se possa rentabilizar ainda mais e melhor tudo o que tem a ver com baldios e com iniciativas mais ligadas à floresta.

Disse que foi feita uma candidatura para a colocação de *Mupis*, junto à Porca e ao Pelourinho e que contenham informação importante sobre o património histórico do concelho.

Quanto às obras serem sustentáveis e serem boas para o concelho, respondeu ao deputado Carlos Silva que as obras que estão projetadas são aquelas que entendem ser as que fazem falta e que irão ser devidamente rentabilizadas. Mas, o financiamento que existe no âmbito do PARU, PAMUS e outros programas que vão surgindo, condicionam a especificidade e tipologia do investimento.

Concluiu pedindo ao Sr. Vice-Presidente e à Sra. Vereadora que aproveitassem o momento para responderem às questões colocadas, conforme referido anteriormente.

- O Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Marques, cumprimentou todos os presentes e disse que sobre a participação da autarquia na BTL – Lisboa ressaltava apenas dois aspetos:

“Conforme referido pelo Sr. Presidente de Câmara, a autarquia de Murça marcou presença na bolsa de Turismo de Lisboa, integrada na Comunidade Intermunicipal do Douro, numa estratégia do território a que nós não deixamos de fazer parte. Não foi por obrigação, mas sim por estratégia que o território decidiu avançar com uma presença conjunta, mais uma vez em 2019, à semelhança do que aconteceu em 2018.

Esta não foi a primeira nem a segunda vez, pois já o anterior executivo tinha participado na BTL, embora com um formato diferente. Nós decidimos apostar em dois produtos essenciais, procurando-nos distinguir em centenas de milhares de expositores, assim como nos dezanove Municípios que fazem parte da CIMDOURO. O nosso objetivo e à semelhança do ano anterior foi levar a doçaria conventual, nomeadamente as queijadas e o toucinho-do-céu assim como desdobráveis informativos sobre a sua origem e confeção. Procuramos também promover toda esta informação junto da comunicação social, para que a mesma fosse transmitida e difundida o mais possível. Também no âmbito de um protocolo que temos com o Teatro Filandorra, Murça marcou a diferença com ações de promoção turística através de encenações do Frei D. Diogo de Murça, Freiras Benedictinas e o Herói Milhões. Através destas personagens demos a conhecer a Portugal e ao Mundo a doçaria conventual, o Vinho e o Azeite do nosso concelho e ainda, informação sobre o Soldado Milhões, procurando valorizar ainda mais esta figura histórica do nosso concelho”.

Sobre os elementos que participaram neste evento referiu que foi ele, dois técnicos da área da comunicação e ainda um outro técnico da autarquia, dado que tinha sido possível agendar para esse mesmo dia, uma reunião no Ministério, articulando dessa forma essa ida a Lisboa.

Em resposta à questão colocada pelo Presidente da Junta de Candedo disse se o resultado será maior ou menor é difícil saber pois os resultados não são imediatos, mas com o baixo custo associado e com aquilo que pode ser o mediatismo desta ação, acredita que será altamente positivo.

- A Vereadora em Exercício, Vilma Pereira, reiterou os cumprimentos já apresentados e disse o seguinte:

“De facto como referido pelo Sr. Presidente, uma das áreas que damos total prioridade é sem dúvida a área da Ação Social. Da informação disponível é possível verificar que o CLAS teve a sua última reunião há mais de uma década e entendeu-se avançar com a sua reativação. Uma das questões da ação social que sempre demonstrou enorme preocupação, quer pelos parceiros, quer pelos munícipes em geral é a questão do apoio ao medicamento. As pessoas queixam-se e com razão que com reformas tão pequenas não são de todo suficientes para fazer face às despesas medicamentar. Nesse sentido, a Câmara Municipal de Murça juntamente com a ação social procuramos ver que espécie de recursos poderíamos ter, nomeadamente a realização de um regulamento próprio da Câmara Municipal que tentasse salvaguardar essas questões e foi então que nos apresentaram esta IPSS – Dignitude. Esta Associação tem um programa que é orientado pela IPSS, que se chama o Programa Abem. Este Programa tem a ver com o financiamento de medicação, em que foi celebrado um Protocolo com a autarquia. A autarquia pode indicar pessoas do concelho que tenham necessidades de medicamentos e em que os seus rendimentos per capita não ultrapasse um determinado valor, conforme explicado no ponto 19 da Informação Escrita. Todo o processo será acompanhado e controlado por essa IPSS – Dignitude e a autarquia apenas fará a seleção após avaliação dos processos de cada uma das pessoas que o solicitem. É uma questão como tantas outras que teremos de acomodar no orçamento. Este apoio terá um teto que neste momento serão 5.000€, mas como disse o Sr. Presidente de Câmara poderá vir a sofrer alterações, se assim as solicitações o preverem. Entretanto, e para explicar um pouco melhor como isto funciona e como diz no Ponto 19 da Informação Escrita: “São beneficiários todos os elementos que constituem o agregado familiar, cuja capitação seja inferior a 50% do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), designadamente: 214,45 € (IAS 2018 = 428,90 €)”, sendo que poderá haver exceções, mas que tem de ter um carácter muito específico. A Câmara pagará um montante anual de 100€ por pessoa, para que elas possam usufruir dos medicamentos. Para esse usufruto de medicamentos não existe qualquer teto. Dependendo da necessidade que a pessoa tenha, terá sempre que ser um medicamento compartilhado e com receita médica.”

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, pediu esclarecimento sobre o ponto 12 – Redução do tarifário dos transportes públicos, questionando se esta medida tem a ver com aquela que o Governo

implementou para as áreas metropolitanas, no âmbito dos passes sociais, a ser verdade considerou tratar-se de apenas uma migalha que calha a CIMDOURO.

Mas a questão concreta prende-se com o critério utilizado, porquê gratuitidade para quem tem mais de 65 anos? Em sua opinião deveria existir a regra da condição de rendimentos. Pois deste modo quem tem 65 anos, mas é por exemplo um professor reformado ou médico reformado tem transportes gratuitos, não lhe parece justo estes critérios. Era mais interessante existir gratuitidade para os passes escolares.

Questionou ainda se esta medida se aplica apenas nas linhas concessionadas, pois há muitas aldeias que não são beneficiadas, o que crie mais injustiça social do que Justiça social.

Concluiu que esta medida deveria ser melhor estudada e refletida ao nível da CIM.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, esclareceu que este é o apoio ao tarifário de transportes públicos, referindo que o que o deputado Arménio disse, para ele é sintomático. Na verdade isto foi preparado para as grandes áreas metropolitanas onde tem grande impacto, porque é em Lisboa e Porto onde mais de 85% destas verbas vão ser gastas, restando pouco mais de 10% para o resto do país. Com base no financiamento atribuído à CIMDOURO que agrega os 19 municípios, ficou decidido criar dois pacotes de apoio. A CIM vai aplicar um desconto de 15% em todos os passes normais ou escolares e o transporte para pessoas com mais de 65 anos vai ser gratuito, prevendo-se que essa redução tarifária entre em vigor durante o mês de abril.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, sobre o ponto 33 – Portas de Entrada, questionou para quando e se é no edifício do Parque Urbano.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, esclareceu que este projeto “Portas de Entrada” está a ser desenvolvido no âmbito da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua. Cada município irá ter um local designado por Portas de Entrada, onde irá haver um conjunto de elementos identificativos e demonstrativos daquilo que é o Parque. O que está previsto no caso concreto de Murça é que seja desenvolvido no edifício já existente no Parque Urbano. Disse ainda que serão cinco Portas de Entrada, que irão ficar interligadas entre si e com uma particularidade, em que cada uma tem uma cor e um sentido a explorar, sendo que no caso de Murça é o aroma e a cor é o verde.

Entretanto, solicitou ao deputado Arménio para falar um pouco sobre este projeto, uma vez que tem sido ele enquanto técnico da autarquia, a acompanhar este processo.

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, refere que, efetivamente o projeto das portas de entrada está prevista deste o início da criação do Parque Natural Regional do Vale do Tua, mas por diversos motivos tem tido dificuldades operacionais e até administrativas para se concretizar.

Neste momento a Câmara Municipal de Murça está em condições de ainda este ano finalizar as portas de entrada, sendo o Município mais avançado nesta matéria.

Será instalado no edifício do Parque Urbano e terá uma componente de promoção ambiental e de biodiversidade, bem como a componente de promoção territorial, essencialmente ao nível do turismo de natureza.

Será constituído por módulos digitais, de forma a potenciar as novas geração e as tecnologias de informação, mas também terá uma componente mais tradicional com mostra de produtos regionais, ou mesmo a divulgação de saberes, usos e costumes.

Associado às portas de entrada estarão os percursos pedestres do Concelho e a sensibilização ambiental.

Este projeto, para além de promocional será inovador ao nível das valências eco naturais e simultaneamente será uma nova forma de potenciar o Parque Urbano da Vila de Murça.

Informou ainda que este projeto é complementar entre ele, ou seja serão 5 portas de entrada e entre elas existem ligações.

Cada porta terá uma particularidade ao nível dos sentidos, em Murça foi selecionado o olfato que pode ser explorado das mais diversas forma, associando ao aroma como seja, o aroma dos produtos âncora de Murça vinho e azeite, mas também os aromas do campo.

Existirá uma cor para cada município, em Murça será a cor verde associada à natureza e terá ainda um animal mascote que poderá ser a lontra e assim fazer a correlação com o rio Tinhela onde podemos encontrar ainda lontras, o que é indicativo de boa qualidade da água.

Disse ainda que será realizado um filme de promoção territorial com enfoque nos valores naturais, sendo um filme geral para o parque e existindo um filme particular para o Concelho de Murça, pretende-se focar os principais pontos turísticos e ambientais de Murça com realça para o património construído como os monumentos classificados, mas também o mundo rural e ligar umbilicalmente o mesmo com a natureza e os valores bio naturais de Murça e do Vale.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, disse que com a criação daquele espaço no Parque Urbano o atual Posto de Turismo deixa de fazer sentido continuar a funcionar naqueles moldes, questionando se pretendem dar outra utilidade àquele equipamento.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu que no futuro se decidirá o que fazer.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, referindo-se à intervenção do deputado Arménio relativamente a parcerias e geminações disse pretender partilhar um pouco da sua experiência relativamente a este assunto, uma vez que ele próprio em representação da Adega Cooperativa já participou em algumas deslocações, nomeadamente a Spello (Itália), a La Couture e a Nanterre (França), no âmbito destas geminações e muitas vezes não são bem aquilo que se pretende. Disse que relativamente ao alojamento e alimentação até não há razão de queixa, mas no aspeto empresarial, uma vez que a participação é feita com o objetivo de se fazer negócio, o resultado tem sido bastante negativo e mais ainda se fizerem contas aquilo que por lá deixaram a título gratuito. Concretamente, no ano passado foram a La Couture, levaram uma carrinha praticamente cheia de vinho e azeite, para oferta e promoção dos nossos produtos e até ao momento ainda não houve qualquer retorno, relativamente a possíveis encomendas, assim como em Spello (Itália), onde para além da Adega Cooperativa participaram outras empresas vinícolas do concelho e também não se viu qualquer retorno. Em Nanterre, como a comunidade de portugueses é grande já foi possível faturar alguma coisa, mas nada de mais. Lembrou ainda uma participação/intercâmbio com a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro em que até o almoço tiveram que pagar. Concluiu, referindo que se fosse no Luxemburgo até poderiam ter sorte, pois vive lá muita gente de Murça e com certeza seriam muito bem recebidos, mas fica sempre este amargo de boca, reiterando que não é bem como se pensa.

_____ // _____

Ausentou-se da sessão o Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, Luís Filipe Alves

2 – Constituição da Empresa Águas do Interior Norte – E.I.M., S.A.;
(alínea n) do nº 1 do art.º25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, questionou se já é possível saber quando estará previsto que entre em funcionamento a empresa Aguas do Interior Norte, pois há muito tempo que se fala no assunto e várias datas foram alvitradas e ainda não se concretizou.

Disse ainda que ganhar escala e experiência na gestão das águas será em sua opinião útil ao Município ainda, para mais com vista a captar fundos de investimento comunitários.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que já várias vezes esteve previsto iniciar, mas que para já não é possível prever uma data.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, questionou se está acautelada a expansão do saneamento que não existe na freguesia e ainda sobre o abastecimento de água no Município de Murça é referido no mapa a Captação /Ponto de entrega: Penabeice e Castelo, aludindo a que o Castelo não está correto, porque Castelo já é abastecido como as outras aldeias (PE 001), dado que foi feita pelo anterior executivo uma conduta do reservatório de Cimo de Vila para o Castelo.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, sobre a expansão de saneamento estar ou não acautelada referiu que, quer seja de expansão de abastecimento, seja de expansão da rede de saneamento, sistemas elevatórios de bombagem ou sistemas elevatórios de bombagem de saneamento e respetivo tratamento são algumas necessidade que ainda não estão totalmente asseguradas, mas que tudo fará para que isso aconteça e que só é possível candidatá-las e ter um apoio que rondará os 85% em entidades agregadas como esta. Ou seja, se o município não aderir aquilo que aqui está em causa, mais difícil seria acautelar essas situações que ainda não estão realizadas, porque para além dos apoios previstos para a constituição deste tipo de empresas, todos os investimentos são mais facilmente financiados com apoios comunitários, sendo que individualmente, Município a Município não é possível fazê-lo. Quanto à questão do Castelo, referida pelo deputado Carlos Silva disse ter registado o reparo.

A deputada do PS, Paula Catarino, referiu que no anexo II, antes do Mapa do Abastecimento tem dois erros de português que devem ser corrigidos, onde se lê “serviços pela Águas do Interior” deve ler-se “serviços de abastecimento”, assim como corrigir o nome de Mesão Frio, pelo de Murça.

Votação:

Votantes	21
Abstenção	00

Contra	00
A Favor	21

Deliberação: Aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

3 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2019;
(alínea c) do nº 1 do art.º25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Votação:

Votantes	21
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	21

Deliberação: Aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

Regressou à sessão o Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, Luís Filipe Alves

4 - Lei 50/2018, de 16 de agosto. Exercício do direito de não-aceitação da transferência de competências no domínio da Saúde;

- O deputado de PS, Arménio Ribeiro, disse que em sua opinião, este pacote legislativo de transferência de competências para as autarquias locais é teoricamente uma boa ideia, mas apenas teoricamente, pois na prática acredita que não foi devidamente estudada e refletida.

Transferir competências sem o enquadramento financeiro e principalmente sem o enquadramento técnico ao nível dos recursos humanos parece-lhe estranho, e transferir competências para grandes Municípios com grandes orçamentos e fazer o mesmo para pequenos Municípios com poucos recursos, é no mínimo de estranhar.

Assumir competências em matérias tão diversas e sem apoio das estruturas intermédias do estado é em sua opinião uma desresponsabilização do estado e por sua vez um encargo pesado para pequenas autarquias.

As novas competências merecem muita reflexão e merecem que existam recursos humanos técnicos com formação e com apoio supramunicipal o que não lhe parece estar a existir.

Acha que os grandes Municípios, e mesmo o conselho diretivo da ANMP e o Bloco Central que nos vai governando, leia-se os grandes partidos PSD e PS, está a legislar e a lançar uma grande confusão, essencialmente ao nível dos Municípios de baixa densidade.

Enfim, sobre estas transferências de competências possuiu muitas dúvidas e está pouco crente no sucesso das mesmas.

Por isso mesmo, concorda plenamente com a decisão agora tomada de exercer o direito de não-aceitação desta transferência de competências, embora ela seja obrigatória daqui a um ano e meio, o que lhe causa profunda confusão.

Conclui, dizendo que espera que a próxima Assembleia da República possa refletir esta legislação e que possa efetivamente existir uma região administrativa com recursos para estas transferências, em suma espera que se possa voltar a colocar na ordem do dia a regionalização e em sua opinião a escala deve ser bem pensada e refletida.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, esclareceu que daqui a um ano e meio pouco nos adianta ter uma opinião diferente a dizer sobre isto. Efetivamente, teoricamente também concorda que não podemos andar aqui a desejar que o Terreiro do Paço não tenha lá tudo concentrado e quando nos é dada uma oportunidade de ter algumas competências de proximidade ao cidadão, compliquemos um pouco tudo isto. Mas, estamos a complicar por uma razão óbvia,

porque se estas competências são pagas por verbas do Orçamento do Estado, então essas verbas deveriam ser devidamente canalizadas para as entidades que possam vir a cumprir com estas tarefas. No caso concreto, a verba proposta é nitidamente insuficiente, pelo que não fazia sentido aceitar um pacote financeiro que nos limitava nessa vontade e devemos reclamar a verba em causa.

Votação:

Votantes	22
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	22

Deliberação: Aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

Ausentou-se da sessão o deputado do PS, Arménio Ribeiro

5 - Proposta de alteração das condições de adjudicação e preço por m2, dos lotes da Zona Industrial/Oficinal de Murça. Incentivo à fixação de empresas;
(alínea g) do nº 1 do art.º25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações)

Votação:

Votantes	21
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	21

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

6 - 3ª Modificação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2019 (1.ª revisão ao orçamento da receita, 1.ª revisão ao orçamento da despesa e 1.ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos);

(alínea a) do nº 1 do art.º25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Votação:

Votantes	21
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	21

Deliberação: Aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

7 - Relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 2º semestre de 2018;
(nos termos do art.º 77, nº 2, alínea d) da lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

“A Assembleia Municipal tomou conhecimento”

Regressou à sessão o deputado, Arménio Ribeiro

8 - Aprovação do Relatório e Contas do ano de 2018.

(alínea l) do nº 2 do art.º25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

- **O deputado do PS, Joaquim Pinto**, começou por cumprimentar todos os presentes e disse que sobre este ponto iria deixar apenas duas notas:

Em primeiro lugar e em nome da sua bancada, agradecer todo o trabalho desenvolvido na elaboração do documento que hoje é apreciado e irá ser votado.

Em segundo lugar, disse que o Relatório e Contas espelha aquilo que foi a atividade do concelho durante o ano de 2018, um ano pouco rico em investimento, aludindo que o orçamento que serviu de base a este Relatório e Contas foi também dos mais modestos, dos últimos anos e a sua execução como se pode verificar não foi muito brilhante, comparativamente com os anos anteriores. Mais referiu, que o Plano Plurianual de Investimentos teve uma execução de apenas 52%. Do lado da receita, sublinhou que esta é constituída em grande medida, por transferências do Orçamento Geral do Estado e por alguns Fundos Comunitários, sendo que do lado da despesa é importante referir que o Município de Murça gasta uma parte muito significativa dos seus recursos em custos com pessoal e aquisição de bens e serviços, sublinhando que estas duas despesas aumentaram no último ano. Em conclusão, disse poderem afirmar que mesmo não perdendo o objetivo de manter as contas municipais equilibradas, poder-se-ia ter ido mais longe, lembrando que a qualidade da gestão e dos resultados das administrações locais, deverá ser avaliado antes pela satisfação das necessidades combatidas e não tanto pelos resultados líquidos obtidos.

- **O deputado do PSD, Daniel Faceira**, saudou todos os presentes e disse que o Relatório e Contas referente ao ano de 2018 se pode definir da seguinte forma: Realismo, responsabilidade e rigor, demonstrando claramente aquilo que está a acontecer ao nível deste município, designadamente quanto à questão do saneamento financeiro que tem sido verificado.

Importa ainda referir que só se podem levar a cabo investimentos devidamente explanados, depois da casa arrumada e, este Relatório e Contas reflete bem, isso mesmo. No último ano a dívida decresceu cerca de $\frac{1}{4}$ do valor em causa, estando a autarquia já em condições para levar a cabo todos os investimentos já projetados, para este concelho. Salientou as diversas intervenções que irão ser realizadas, nomeadamente na EB 2/3 e Secundária de Murça; a reconversão do antigo edifício da Cooperativa Agrícola dos Olivicultores, entre outras, e aqui já devidamente expostas. Ou seja, não podem concordar com a opinião tecida pela bancada parlamentar do PS, precisamente porque estão verificadas todas as condições para avançar com o investimento, enaltecendo o trabalho desenvolvido por este executivo.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, José Santos, sobre o relatório e Contas, disse pretender abordar as rubricas, que normalmente criam mais interesse quando se analisam as contas na Assembleia Municipal. Despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços, pelo momento da realização da despesa, as mesmas deveriam ser analisadas em momentos diferentes no relatório. Porque, enquanto a despesa com o pessoal é efetuada mensalmente, o mesmo já não acontece com a despesa com aquisição de bens e serviços, porque há prazos até 90 dias, para ser paga. Pelo que, em seu entender, os mapas devem ser analisados separadamente. Referiu que nas despesas correntes aparece um amento 9,8% em relação a 2017, ou seja, um aumento de 58.681,00€ em despesas com pessoal, mas que também é importante ter em conta pelo menos dois anos antes, porque de 2016 para 2017 também houve um aumento 118.000€. Com aquisição de bens e serviços o mapa que importa analisar é a demonstração de resultados, porque traduz efetivamente a despesa que foi comprometida, nomeadamente em 2017 foram comprometidos 1.967.000€, e em 2018 apenas 1.771.000€, ou seja, o executivo atual fez uma poupança de 196.000€, sendo que conjugando as despesas com pessoal, com o fornecimento de serviços externos, podem afirmar que houve um aumento de 58.000€ em gastos com pessoal e uma diminuição de 195.000€ em fornecimento de serviços externos, concluindo que nestas duas rubricas tão importantes no orçamento, houve um balanço positivo de 186.000€.

Na análise da dívida a terceiros referida na página 23, de 2016 para 2017 a dívida passou de 6.640.627€ para 5.807.160€, ou seja, houve uma diminuição 833.466€. Para além de 1.000.000€ de pagamento ao serviço da dívida, quer dizer que o executivo anterior endividou-se em mais 200.000€ em fornecedores de curto prazo.

Ao contrário do que aconteceu de 2017 para 2018 em que a dívida passou de 5.800.000€, para 4.400.000€, havendo uma diferença de 1.400.000€, onde, para além da redução de 1.000.000€ ao serviço da dívida, ainda se recuperaram 360 mil euros nos fornecedores a curto prazo.

Por último e respondendo ao comentário da bancada do PS, sobre o Relatório e Contas disse que realmente faz falta neste mapa o valor do PPI de 2017, para poderem verificar que o valor de execução do PPI de 2017 41,43% e em 2018 foi de 52%, ou seja em 2017 foi mais baixo que em 2018. Está-se a fazer a crítica pela crítica, e o que seria correto, era a comparação com os anos anteriores. Em suma, o que o Senhor Presidente está a fazer, chama-se GESTÃO. Alcançar os objetivos de forma efetiva, eficaz e eficiente, a Gestão no seu sentido pleno, que só se consegue com planeamento, organização, liderança e controle.

- A deputada do PS, Edite Sousa, disse que na sequência da intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Murça entendeu solicitar alguns esclarecimentos, relativamente às rúbricas: 02010299 -

Outros, nas páginas 2 e 3 - Fluxos de Caixa, no valor de 99.203,35€; na 020121 - Outros bens, no valor de 64.634,90€; na 020225 - Outros serviços, no valor de 450.307,08€; na 07010307 - Outros, no valor de 93.016,83€; na rubrica 07010413 - Outros, no valor de 3.075,00€; na 03030313 - Outros, no valor de 49.922.13€; na 08050108 - Outros, no valor de 12.383.10€ e ainda na rubrica 080802 - Outras, no valor de 2.314.26€.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, esclareceu a deputada Edite Sousa que essas rubricas também já existiam em anos anteriores e aproximadamente na mesma dimensão. Referiu que o fornecimento de energia é uma das despesas que aparece numa destas rubricas em outros e que não é o executivo que define o plano oficial de contabilidade das autarquias locais. A ideia de utilizar a rubrica de outros como tentativa de não esclarecer seja o que for é totalmente errada e é tudo menos responsabilidade do executivo, dizendo que se pretender que seja esclarecido ponto a ponto e ao que se referem, poderá fazê-lo agora ou fazê-lo depois por escrito. Entretanto, aproveitou para dar alguns exemplos de despesas inseridas nestas rubricas, nomeadamente o convívio de idosos, despesas com o aluguer de Standes, refeições e contratação de Grupos de Espetáculos, para a Feira Franca, entre outras. Também nesta rubrica constam ainda despesas regularizadas da responsabilidade do anterior executivo, com Restaurantes, Feira, Grupos Musicais e outros passivos omissos.

Sobre a intervenção do deputado Joaquim Pinto disse que é uma intervenção para quem está na oposição, bastante adequada. Porque se o orçamento é modesto e de execução baixa, é o que é possível para quem está há ano e meio a governar, e mais ainda, quando nas contas de 2018 foram regularizadas despesas que diziam respeito ao ano anterior, nomeadamente passivos omissos que só foram contabilizados em 2018 e para se fazerem candidaturas é necessário colocar as rubricas com a verba, que o permita fazer. Agora, também não é possível fazer sem se gastar, referindo que a obrigação diária que este executivo tem é gastar bem. O que se pretende não é poupar por poupar, pelo contrário, o que se pretende é que na despesa corrente se possa cumprir com as responsabilidades perante a comunidade, concretamente no âmbito da educação, do social, com os trabalhadores e fornecedores. Relativamente ao investimento, disse que se puder investir com valores comparticipados, não o fará de outra forma. Que se possam fazer investimentos que se multipliquem e não fazer investimento só por fazer, como referido pelo deputado Carlos Silva.

Aproveitou ainda para ler um parágrafo que vem escrito no relatório do Auditor Externo e em que é referido que de modo geral, as dívidas a pagar diminuíram 23.42% quando comparado com o valor da dívida apresentado em 2018, com o período homólogo anterior. Reconhece que é um número bastante interessante, pois a redução da dívida é de cerca de ¼, que nada é estático e até poderá vir a

aumentar quando se fizerem investimentos, mas é inegável quando nos fornecimentos de serviços externos há para os mesmos efeitos uma despesa menor, só pode ser positivo. Concluiu, deixando uma palavra de agradecimento a todos os funcionários pelo esforço que no dia-a-dia têm de fazer e tudo isto é vertido para o relatório e Contas. Contudo, este é um documento que cumpre as regras, mas que não retrata todo o trabalho que é feito no Município, pois há muito trabalho que não é mensurável.

Votação:

Votantes	22
Abstenção	10
Contra	01
A Favor	11

Deliberação: Aprovado por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

//

Período de Intervenção do Público

“Não houve intervenções”

//

APROVAÇÃO EM MINUTA

(Art. 44º do Regimento)

2 - Constituição da Empresa Águas do Interior Norte - E.I.M., S.A.;
(alínea n) do nº 1 do art.º25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

3 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2019;
(alínea c) do nº 1 do art.º25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

4 - Lei 50/2018, de 16 de agosto. Exercício do direito de não-aceitação da transferência de competências no domínio da Saúde;

5 - Proposta de alteração das condições de adjudicação e preço por m2, dos lotes da Zona Industrial/Oficinal de Murça. Incentivo à fixação de empresas;
(alínea g) do nº 1 do art.º25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações)

6 - 3ª Modificação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2019 (1.ª revisão ao orçamento da receita, 1.ª revisão ao orçamento da despesa e 1.ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos);
(alínea a) do nº 1 do art.º25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

7 - Relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 2º semestre de 2018;
(nos termos do art.º 77, nº 2, alínea d) da lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

8 - Aprovação do Relatório e Contas do ano de 2018.
(alínea l) do nº 2 do art.º25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Votação:

Votantes	22
Contra	00
Abstenções	00
A Favor	22

Deliberação: Aprovada por unanimidade

//

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que contrariamente ao ano anterior em que a sessão ordinária da AMM de abril aconteceu precisamente no dia 25, este ano dada a necessidade em obter as certidões com as deliberações o mais cedo possível, houve necessidade que a mesma se realizasse antes. Referiu as comemorações do 25 de Abril e apelou à participação de todos nas atividades que estão a ser programadas, nomeadamente no dia 24/4, pelas 21horas num momento cultural “Tertúlia de Abril” com leituras alusivas à liberdade e democracia e ainda a apresentação pública da vida e obra de Militão Bessa Ribeiro, assim como no Hastear de Bandeiras na manhã do dia 25 de Abril, na Praça do Município com Guarda de Honra dos BVM e da BMM. Disse ainda que sendo o dia 8 de maio numa 4^a-feira a realização da Feira Franca/2019 será no 2^o fim-de-semana de Maio, nos dias 10, 11 e 12.

//

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

(Alínea c) do n^o2 do art^o 9^o do Regimento)

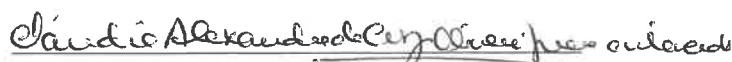
- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a presença e a colaboração de todos.

Os trabalhos encerraram às 17h30 da qual se lavrou a presente Ata, que depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pela 1^a Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal


(António Augusto Ribeiro)

A 1^a Secretária da Assembleia Municipal


(Cláudia Alexandra C. O. G. e Vilaverde)

SESSÃO (1) ORDINÁRIA DO DIA 12 Abril 2015

Designação das funções (b)	Nomes dos membros que constituem a Assembleia	Hora de entrada
Presidente	António Augusto Ribeiro	
1.º secretário	Cláudio Alexandre C. O. e Viveiro	
2.º secretário	Carla Alberto Soares de Oliveira	
deputado PS	João Carlos Oliveira Gomes	
" PSD	Carlos Ramos de Silva	
"	Fernando Edite Costa Fernandes Soares	
"	Fernando Fernandes Soares Ramos	
" PSD	António Augusto Soares de Freitas Gomes	
"	João Soares Gomes Pinto	
" PSD	Paulo Rodrigues Falcão	
"	Paulo Alexandre Ribeiro António	
"	Fernando Alexandre Botelho Teixeira	
" PSD	Judite de Conceição Pinheiro Soares	
"	Aluísio António de Carvalho Ribeiro	
" PSD	Carlos Lopes de Sousa Lourenço	
Pres. J. C. E.	Luís Filipe Ribeiro Alves	
Pres. V. F. E. V.	José António Pêlo de Sousa	
Pres. J. F. C.	José Manuel Pinheiro Pinheiro	
" J. F. G.	Helena Cristina Aires Teixeira	
" J. F. R.	Luís Filipe Soares dos Santos	
Pres. V. F. M. P.	Luís Filipe Soares Ribeiro	
" J. F. R.	Luís Filipe Soares Ribeiro	
Dep. J. C. E. V.	Carlos Afonso Botelho Ribeiro	
" J. F. V. T. L. P.	Carlos Afonso Botelho Ribeiro	
Dep. Supl. PS	Luís Filipe Soares Ribeiro	
Dep. Sub. PS	Fernando Botelho Soares	
Dep. Sub. PSD	Fernando Botelho Soares	
R. J. F. S. I. T. P.	Fernando Botelho Soares	

Presidente PS Paulo António Ribeiro Luís
 Secretário PS Ana Paula Rodrigues Costa

(b) - Ordinária ou extraordinária. (c) - Presidente, Secretários e Vogais, mencionando-se por esta ordem, devendo mencionar-se, em letra ligeira, antes de cada sessão ou reunião, cabendo aos próprios apenas a assinatura. (d) - Ou nota de falta. (e) - Anotar a justificação e data da e da sessão que a considerou.

PONTO DAS PRESENCAS DA REUNIÃO (OU TRABALHOS) DO DIA 12/04/2015

Assinaturas dos que compareceram (c)	Hora de saída, ou da final	Justificação da falta de comparecimento (d)
Albino		
Cláudio Alexandre C. O. e Viveiro		
Carla Alberto Soares de Oliveira		
João Carlos Oliveira Gomes		Justificado
Carlos Ramos de Silva		
Fernando Edite Costa Fernandes Soares		
Fernando Fernandes Soares Ramos		
António Augusto Soares de Freitas Gomes		
João Soares Gomes Pinto		
Paulo Rodrigues Falcão		Justificado
Paulo Alexandre Ribeiro António		Justificado
Fernando Alexandre Botelho Teixeira		
Judite de Conceição Pinheiro Soares		
Aluísio António de Carvalho Ribeiro		
Carlos Lopes de Sousa Lourenço		
Luís Filipe Ribeiro Alves		
José António Pêlo de Sousa		
José Manuel Pinheiro Pinheiro		Justificado
Helena Cristina Aires Teixeira		Justificado
Luís Filipe Soares dos Santos		
Luís Filipe Soares Ribeiro		
Luís Filipe Soares Ribeiro		Justificado
Carlos Afonso Botelho Ribeiro		
Luís Filipe Soares Ribeiro		
Fernando Botelho Soares		
Fernando Botelho Soares		
Fernando Botelho Soares		

Pres. J. C. E. V. Paulo António Ribeiro Luís
 Pres. V. F. E. V. Ana Paula Rodrigues Costa